

EM BUSCA DE SOCIEDADES REGIONAIS: CONFLITO AGRÁRIO, IDEOLOGIA E PERTENCIMENTO* TERRITORIAL NO MÉXICO**

Marielle PEPIN LEHALLEUR ***

RESUMO: O artigo trata das histórias recentes de quatro pequenas regiões rurais do México, com a finalidade de mostrar qual tem sido a participação de cada grupo social local e em que medida a própria visão de si mesmo, mais ou menos próxima da imagem forjada pela ideologia nacional, atua como elemento positivo ou desfavorável.

PALAVRAS CHAVES: Região, identidade, pertencimento territorial, ideologia, conflito agrário.

A simples definição de uma região já significa um fenômeno complexo – uma parte dentro de um todo mais amplo, que por sua vez se compõe de elementos diminutos e mais simples – e, sua posição intermediária induz-nos a supor uma riqueza de transações.

Percebida a partir do centro, a diversidade regional se manifesta como múltiplas modalidades de um fenômeno geral sem revelar muito

* NT. Do português "pertença" ou condição de pertencer; ser parte ou ser concernido por um território.

** Esta é uma versão revisada de um artigo que foi publicado em 1997 com o título "En busca de sociedades regionales. Inserción social y construcción de la pertenencia territorial" no livro *Nueve estudios sobre el espacio. Representación y formas de apropiación*, coordenado por O. Hoffmann y F.I. Salmerón Castro. CEMCA y ORSTOM, México.

*** Antropóloga, atualmente pesquisadora no CNRS, depois de ter vivido 15 anos no México e de ter trabalhado 10 anos no Colégio do México. Tem pesquisado em zonas rurais indígenas e mestiças desse país, sobre a dinâmica das unidades familiares camponesas em distintos contextos; sobre a atuação econômica e política dos grupos sociais agrários e dos processos culturais em nível comunitário e regional. É co-autora dos livros *El campesinado en México, dos perspectivas de análisis* (1983 y 1985), *Grupos domésticos y reproducción cotidiana* (1989), *Prêter et emprunter, pratiques de crédit au Mexique (XVI-XXe siècle)*, (1993), *Poder local en el Golfo* (1995), foi editora do número do *Cahiers des Amériques latines* dedicado à Mudança social e às transformações culturais no México (1997).

sobre a capacidade mediadora da região e suas possíveis variações. Inversamente, indagar os mecanismos mais profundos de um caso particular, pode esclarecer as condições específicas que levam um grupo social e seus membros a tecer entre si e com os seus vizinhos – diferentes e talvez opostos – aqueles laços intrínsecos que delimitam e orientam seu mundo de vida e que se constituem em elementos mediadores de suas relações em outros âmbitos e com outros sujeitos. Porém estudar um processo genético não recorrente não impede as aberturas para as visões do geógrafo ou do sociólogo. Deixa pendente o questionamento sobre o que dá ao fato regional sua relativa contingência e sua carga valorativa, deixando de esclarecer por que uma localização particular, se converte em certos casos, em um verdadeiro pertencimento regional, gerando um impulso coletivo significativo, quando isso não acontece em outros casos.

Como contribuição a esta problemática, da perspectiva antropológica, proponho observar como alguns grupos vivem sua relação com os seus vizinhos – tanto os que estão mais próximos, socialmente falando, como os mais distantes – e que lugar lhes outorgam dentro de suas ações e de seus projetos econômicos, políticos e sociais. Antes de tentar elucidar o significado que estas relações tem para seus atores e considerando que os mesmos participam também de experiências sociais em âmbitos mais amplos e estão imersos numa ideologia dominante que forja juízos gerais sobre as distintas classes sociais, qualificando suas relações, analisam-se os valores que em seu contexto peculiar vão-se elaborando como adaptações ou refutações de prejulgamentos a partir das experiências particulares que ali vivem.

Propõe-se, então, uma investigação com duplo ponto de partida, que busca, por sua vez, precisar os mecanismos através dos quais os grupos sociais se reconhecem em sua posição de classe e em sua dimensão territorial, e reconstruir a possível criação de uma sociedade regional através do jogo mútuo de identidade e da alteridade dos grupos no território que partilham. Tendo como pano de fundo os parâmetros nacionais de diferenciação social, trata-se de analisar como a interação locali-

zada incide sobre o grau de adesão ou de rejeição que cada grupo manifesta frente aos valores dominantes da sociedade global e de buscar possíveis indícios de uma ideologia regional que tenha alguma consistência.

Durante o período de vigência da Reforma Agrária (1917-1992), a ideologia nacional mexicana produziu imagens polarizadas e opostas dos produtores agrícolas, ainda que as concepções sucessivas de desenvolvimento econômico tenderem umas a acentuar, outras a matizar o postulado de um conflito fundador. Desde a promulgação do artigo constitucional nº 27, que instaura a propriedade eminente da nação sobre o solo e subsolo e duas formas de posse da terra – coletiva e individual privada – o trato outorgado ao *ejido* (e à comunidade agrária), aos *ejidatários* e ao setor *ejidal*¹ contrasta fortemente com o que se reservou aos proprietários privados ou **pequenos proprietários**,² já excluídos das políticas econômicas que se foram associando no juízo emitido sobre cada categoria social no discurso oficial, no da mídia e no da gente comum.

A contundência desses valores fundadores da nação pós-revolucionária tende a nivelar a percepção que se pode ter das diferenças individuais ou locais dentro de cada categoria ainda que existam muitos e bons estudos que as documentam. Mas o que se tende a tratar por alto é a diversidade das relações entre os grupos sociais tecem entre si. Nossa meta será então, tratar de dissipar esta invisibilidade e explicá-la posto

¹ O termo *ejido* refere-se tanto à forma legal de posse como à superfície da terra concedida em usufruto coletivo ao grupo social beneficiário desta dotação. No *ejido*, que inclui também solares urbanos individuais e extensões de uso comum, as parcelas agrícolas podem ser exploradas coletiva ou individualmente (o mais comum). Até a recente reforma (1992), as terras *ejidales* não podiam ser legalmente vendidas, nem arrendadas nem entregues como garantia de empréstimo. A “comunidade agrária” restituiram-se-lhe terras que tinham sido suas nos tempos coloniais e das quais conservaram o título dessa época. Trata-se geralmente de grupos que mantiveram uma organização comunitária e sua identidade índia.

² A propriedade privada é reconhecida também legalmente pela condição de que não exceda certa superfície (por exemplo, 300 hectares de terras provisórias, 150 de irrigação, ou a superfície necessária – segundo as condições locais – para criar 500 cabeças de gado). As superfícies excedentes deveriam ser expropriadas (contra pagamento em algumas épocas) e distribuídas em *ejidos*. São o pressuposto (muitas vezes falso) que os proprietários não dispunham mais do que as superfícies legais, impôs-se o termo oficial de “pequenos proprietários”. Quando se decretou o fim da partilha agrária em 1992, 51% das terras do país (de todo tipo e qualidade) tinham sido dotadas em posse *ejidal* a 3,5 milhões de beneficiários.

que aí reside, ao nosso ver, o eixo principal do processo de identificação territorial dos grupos sociais, por sua vez é uma oportunidade privilegiada de esclarecer qual é a eficácia de uma ideologia dominante e quais os seus limites.

Pretende-se, assim, trazer elementos explicativos ao fato que em certas localidades ou regiões, mais que em outras, a interação entre vizinhos produz uma focalização forte e concorrente de seus interesses de tal forma que o espaço se torna não só motivo de disputa mas símbolo de identidade, gerando projetos e compromissos. Sem dúvida, a legitimidade de um grupo local repousa fundamentalmente sobre sua capacidade de ver-se e deixar-se ver como construtor do território regional. Ao considerar os sujeitos em seu papel de atores, a análise pode abordar a problemática da competição pela apropriação simbólica e política do espaço local através da capacidade que cada grupo tem de usar seu pertencimento territorial e sua inserção social como recurso.

Esta proposição retoma uma hipótese de B. PICON (1986, p. 159) para quem *a interação localizada dos atores sociais, em âmbitos de mútuo conhecimento, leva a produzir modelos culturais e sociais originais*. Aceitando o suposto que uma identidade local é produzida através da confrontação cotidiana (conflitiva ou não) de grupos sociais portadores de percepções e práticas diferentes, busca-se averiguar se os conjuntos sociais em estudo têm uma densidade e coerência tal que se possa afirmar que funcionam como sistemas significativos para as pessoas que ali vivem ou, nos termos de BOURDIEU, como “sistemas de diferenças” (1979, p. 191) aos quais proporíamos chamar, neste caso, de “sociedades regionais”.

O método comparativo permite mostrar como, de um lugar a outro, os processos de diferenciação não seguem as mesmas linhas de ruptura nem se expressam através das mesmas práticas, com a finalidade de explicar porque em meio aos confrontos sociais específicos, a referência a um acervo comum de preconceitos ideológicos de alcance geral pode dar lugar a processos culturais e valorativos distintos, ainda que aparentados (ou seja regionais).

Proponho esboçar aqui uma análise comparativa dos processos de interação social em quatro zonas da planície às margens do Golfo do México, ao noroeste do país: Santa Engracia, El Mante e Altamira se encontram no estado de Tamaulipas contíguo com Tejas e Alamo, um pouco mais ao sul, no estado de Veracruz. Entre estes conjuntos populacionais, socialmente diferenciados, que contam com 50.000 a 100.000 habitantes, confrontarei experiências vividas por grupos sociais definidos em cada lugar por uma posição de classe similar e tratarei de apreciar o peso de sua localização e do jogo mútuo com seus vizinhos.³

No mundo rural, a agricultura tem um papel protagonista como campo social de atividade, ainda quando não gere as maiores rendas, o quanto, a terra é o primeiro objeto-instrumento concreto de proximidade dos atores sociais em sua tripla natureza: de meio de produção, fragmento de espaço e referência simbólica.

É certo que, em cada lugar, o perfil sociológico que os distintos grupos ligados à agricultura vão adquirindo depende em boa medida do peso relativo que, em particular, ela desempenha como atividade produtiva, fonte de renda e base de poder, dentro de uma configuração local onde, ademais, segundo os casos, aparecem – ou não – figuras sociais oriundas da cidade. Em certos meios urbanos, os grupos de agricultores poderão inserir-se em amplos aglomerados, enquanto que em outros, com recursos similares, só o fariam de forma lateral ou marginal.

Os casos estudados apresentam em graus distintos, uma gama de situações rurais. Em dois deles, Santa Engracia e Alamo, a agricultura é todo, a vida gira em torno da produção de laranja e dos processos mais recentes de sua industrialização. Em El Mante, os tempos da safra e das demais colheitas marcam os ritmos da economia local, animam ou freiam

³ As zonas referidas têm sido estudadas pela equipe “Transformaciones de la vida rural y configuraciones del poder local en el Golfo de México” (El Colegio de México, CNRS, ORSTOM). Utilizo aqui as análises elaboradas por meus companheiros além de meu próprio material (ver bibliografia). Meu conhecimento sobre estes lugares é muito desigual, desde El Mante (Tam.) onde viajei reiteradas vezes durante doze anos, sozinha e com outra equipe, até Santa Engracia (Tam.) no qual voltei algumas vezes, ou Altamira (Tam.) e Alamo (Ver.), onde realizei vários períodos de trabalho de campo.

todo seu movimento, ainda que o comércio e os serviços urbanos ocupem majoritariamente as pessoas e sejam, talvez, mais valorizados. Em Altamira, a agricultura, ainda que próspera encontra-se politicamente marginalizada pela presença de interlocutores de maior peso como é o caso da conurbação de Tampico e da Ciudad Madero, o porto industrial, e as plantas petroquímicas ou as numerosas colônias populares instaladas recentemente.

Vejamos como as expectativas geradas no México em torno da agricultura e do mundo rural ao longo de decênios são reinterpretadas ao nível local, dando matéria à mútua definição dos grupos.

DE UMA IDEOLOGIA DA DUALIDADE À BUSCA DE UMA CLASSE MÉDIA RURAL

Nos anos 1930 e 1940, o ímpeto agrarista levou à expectativa que uma agricultura com ampla base camponesa, dotada de meios suficientes, permitiria à população rural alcançar um nível de alimentação e bem estar que lhe devolveria a dignidade e proporcionaria as bases de uma sociedade nacional menos heterogênea e desigual. Porém nesse projeto não cabia estabelecer um desenvolvimento modernizador, alimentar uma população urbana que começava a crescer e sustentar um processo de industrialização apenas em início.

Uma outra proposta econômica, social e técnica impulsionou-se com estes propósitos. A Revolução Verde tinha como metas e, por sua vez, por condições, a eficiência, tecnicidade, grande inversão de meios poderosos, modernidade. Um modelo sem possibilidades de desenvolvimento amplo no país, que não buscou adaptar-se.

Na brecha que foi se abrindo entre estas duas concepções e estas duas realidades desencadeou-se, nos anos 60, uma grave crise de abastecimento e de descapitalização onde foram se acentuando os riscos que a opinião atribuía a um ou outro setor social: os empresários eram considerados capazes de produzir, mas dilapidadores dos recursos (incluindo os recursos públicos), mais interessados nos benefícios rentáveis das

exportações do que em prover o alimento nacional. Enquanto que os camponeses, *ejidatarios* e minifundistas privados (menos de 5 hectares) eram julgados ineficazes, ameaçados pela fragmentação das parcelas e desprovidos de sentido empresarial.

Acelerou-se brutalmente o êxodo rural com a saída massiva para as grandes cidades de candidatos a pedreiros ocasionais e a empregados domésticos, como também a aspirantes a operários, a outros empregos e a estudantes: a migração manifestava uma aspiração à urbanidade, vista como o único meio que se poderia sonhar com uma possível mobilidade social. Considerava-se o mundo rural de maneira cada vez mais dramática como um peso do qual tanto a economia quanto a sociedade tinham que se descartar. Já não se pensava tanto como no século anterior, em imputar a responsabilidade pelo atraso do país ao Índio, pouco visível dentro da massa avultada do campesinato. A miséria da maioria rural e a ineficácia do sistema *ejidal*, medida por critérios empresariais eram razões suficientes.

Uma nova dinâmica se instaura em meados dos anos 70 com o afluxo das divisas do petróleo. Faz-se mais urgente que nunca ampliar a capacidade produtiva agrícola buscando-se a independência alimentar, com o objetivo de frear o crescimento exacerbado das cidades. O governo de Lopez Portillo empreende uma política de investimento público em infraestrutura agrícola, de apoio ao crédito ampliado e de reorganização técnico-administrativa.

Do projeto ambicioso que tentava reconstruir a agricultura nacional, vale à pena ressaltar a ênfase posta sobre o planejamento e numa concepção mais global que busca controlar todos os parâmetros da produção. Impõe-se um preço de garantia aos produtos básicos e fixam-se salários mínimos rurais, mas sem interferir nas operações de compra das colheitas (exceto, parcialmente, nas de milho), nem na organização do mercado de trabalho. O projeto agrícola limita-se à produção e neste âmbito busca promover processos técnicos e sociais que supere a dualidade histórica do agro mexicano.

O projeto reconhece que a atividade em si, particularmente na prática dos camponeses, tem condições e lógica específicas, muitas vezes alheis e até contrárias aos princípios do mercado. Assim, uma meta da planificação e do recurso organizativo é estabelecer uma ponte entre necessidades e capacidades que não estão **natural** e perfeitamente articuladas pela competição. O crédito é subvencionado (a taxas diferentes segundo o nível de renda pessoal do produtor) e se fixam preços de garantia que correspondem, segundo os anos, aos preços-mínimo (piso) ou preço-máximo (teto). Operam-se múltiplos ajustes entre subsídios outorgados aos insumos e ao consumo, onde o saldo só se torna claramente vantajoso para os agricultores de mais recursos. Apregoa-se a urgência de tecnificar a produção (a pesquisa agrônômica produz pacotes tecnológicos a serem adotados para conseguir crédito e seguro agrícola), e a tarefa de organização dos produtores, privados e principalmente *ejidatários* implica, promover e expandir o processo de tecnificação.

Duas considerações parecem fundamentar o detalhamento cuidadoso que se faz dos produtores como sujeitos dos programas, em função da condição de posse da terra. A primeira, mais ideológica, imputa aos proprietários privados uma espécie de tendência natural à busca da tecnificação e de eficiência econômica, e pressupõe que terão um comportamento típico com seus interesses de *homo economicus* (incluindo a disposição para pagar suas dívidas). Considera-se pouco provável, entretanto, que os *ejidatários* tenham comportamentos e interesses semelhantes, limitados como são pela necessidade de assegurar em primeiro lugar, a manutenção do cotidiano, suscitando, portanto, comentário e admiração quando isso ocorre. Esses juízos *a priori* encontram justificativa e operacionalidade em virtude do proprietário poder respaldar, com sua terra e demais bens, uma solicitação de empréstimo, enquanto que se criou para o *ejidatário*, o compromisso do **crédito solidário** que vincula os vários *ejidatários* a uma responsabilidade comum frente aos bancos, na tentativa de conciliar o imperativo mercantil da devolução de todo empréstimo com o princípio de inalienabilidade da parcela *ejidal*.

Em torno do princípio de organização coletiva convergem, então, expectativas e valorações ambivalentes e mesmo contraditórias. Geralmente considerada como um instrumento de racionalização do processo produtivo, a organização torna-se motivo de desconfiança quando os *ejidatários* a utilizam como paliativo à sua fragilidade econômica. Com efeito a prática mostrará que tanto se pode aproveitar a organização coletiva para anular a iniciativa pessoal, exercer práticas caciquistas e apropriar-se dos recursos comuns, como, de igual modo, acontecem casos exitosos de superação partilhada das dificuldades. O *a priori* ideológico apoia-se, mais uma vez, sobre diferenças imputadas à liberdade e à responsabilidade mantidas, em princípio, pelos produtores privados para assumir riscos, aproveitar oportunidades, ganhar ou perder, e pela mediação forçosa, que restringe a capacidade de decisão e de ação dos *ejidatários*. Porém se espera precisamente que esta mediação permita a muitos deles superar seu *handicap* estrutural, e que cheguem a conformar um estrato médio capaz de equilibrar a estrutura produtiva.

Nas relações entre produtores vizinhos, a dimensão individual ou coletiva das ações que empreendem torna-se um elemento chave das imagens que cada um forja de si e dos demais. Acrescenta-se, ainda, sua forte carga valorativa à maneira pela qual as diferentes categorias de agricultores apreciam os desdobramentos locais e atuam frente a elas, reconhecendo-se mutuamente como possíveis aliados ou concorrentes. Logo, a oposição entre coletivo e individual pode ser usada como prova para contrastar como se forjam as histórias de proprietários privados e *ejidatários* em nossos estudos.

VARIAÇÕES LOCAIS SOBRE OS QUE “PRODUZEM” E OS DEMAIS

Apesar de todas as diferenças locais nos inícios da história agrária, os anos 30-40 marcam, provavelmente, o período de maior homogeneidade ou paralelismo na evolução da agricultura nacional. Entre nossas regiões mencionemos simplesmente duas variações importantes.

A bacia de três pequenos rios que confluem nas terras da antiga fazenda de Santa Engracia constitui um pequeno oásis em meio às terras secas e pouco propícias à agricultura, sujeitas a um clima seco ao extremo. As terras férteis de Santa Engracia foram equipadas para o irrigação circular antes e depois da Revolução; são atravessadas por uma ferrovia que as comunica facilmente com a pequena capital do estado de Tamaulipas e ao norte com o povoado dinâmico de Montemoroles e a grande cidade de Monterrey, suas portas voltadas para qualquer contato comercial com os Estados Unidos. Em Santa Engracia, as dotações *ejidales* iniciadas cedo (desde 1927) foram acompanhadas de um apoio oficial constante que coloca a maioria dos *ejidatários* em uma situação relativamente acomodada. Convivem sem maiores atritos com os pequenos rancheiros privados e com os herdeiros das fazendas expropriadas que conservam superfícies de excelente terra irrigada e instalação de qualidade. A convivência se estabelece então sobre a base de uma proximidade sem muito intercâmbio entre um projeto tipicamente camponês e um novo desenho de aproveitamento comercial dos recursos, baseados no cultivo da laranja de mesa.

Uma mesma distância social e econômica separa os diferentes tipos de produtores em Altamira, entre os empresários que vivem na cidade e porto de Tampico, combinando às vezes negócios agrícolas e comerciais, e os *ejidatário* que contam em suas fileiras com alguns camponeses de velhas raízes, antigos trabalhadores do petróleo e desocupados da cidade. Em um ambiente de maior conflito agrário, os pecuaristas, proprietários tradicionais de vastas extensões em Alamo estão igualmente pouco dispostos a deixar-se despojar para prover de terra a um grupo determinado de solicitantes. Aos primeiros núcleos *ejidales* compostos de trabalhadores e pioneiros chegados a zona em busca de alguma oportunidade, quando esta se abria para a exploração petrolífera, vão se unindo contingentes cada vez maiores de camponeses pobres das montanhas da Huasteca, que se organizam e lutam com êxito para obter terras nas margens do rio.

Em El Mante, a dotação massiva de canais irrigados se associa, em meio da etapa agrária cardenista (Presidente Cárdenas), com a expropriação do engenho privado que as beneficiava e com a cessão (a crédito) desse engenho a uma cooperativa de *ejidatários* e operários do açúcar que o governo então criou (1939). Os antigos pedaços e parcelas das fazenda rapidamente mudam de mãos e fragmentam-se. Seu donos, em sua maioria forasteiros, afastam-se, deixando todo espaço para a Cooperativa Ingenio Mante (CIM). Com uma capacidade de direção sem competição durante vinte anos, a CIM conduz o destino da nascente comarca. Ela é a que se faz portadora do afã modernizante da **marcha ao mar** e da política de colonização do litoral mexicano, impulsionada pelo governo, com um forte sentido de compromisso social e regional que deixou rastro até hoje.

A Revolução Verde não se fez realmente muito presente na costa do Golfo. Porém ressurgiu de algumas propriedades privadas, que demonstraram capacidade individual de aproveitar conjunturas favoráveis. Em Altamira, granjeiros médios com vínculos urbanos desenvolvem a produção de horticultura (cebola) para o mercado nacional enquanto El Mante experimenta vários anos de excelentes colheitas de tomate para exportação, num contexto favorável, bem aproveitada por alguns velhos camponeses experientes, conhecedores desse cultivo, há muito tempo e de agricultores com ousadia, recém chegados à região. Em Santa Engracia, os antigos proprietários seguem o exemplo dos citricultores de Montemorelos (Nuevo León) e intensificam sua produção de laranja adotando o mesmo padrão de comportamento, onde se mesclam ajuda mútua e competição comercial entre famílias abastadas próximas. O eco da demanda de Montemorelos chega até Alamo onde a produção de banana sofreu graves perdas e está em vias de abandono. Influenciados por comerciantes que apostam na laranja, uma série de *ejidatários* tentam este novo produto numa disposição pioneira que, como veremos, se associa a um certo espírito reivindicativo.

Os anos 60, críticos para a agricultura do país, não são tão nefastos no Golfo. A citricultura se amplia lentamente em Santa Engracia e bene-

ficia aos proprietários e a alguns velhos *ejidos* onde a lógica de autoconsumo se conserva em paralelo, impedindo uma forte diferenciação. Ao contrário, Altamira e El Mante recebem um surpreendente e massivo fluxo de pessoas e capitais quando o sul de Tamaulipas descobre-se como novo centro de produção de algodão. Iniciado por algodoeiros da fronteira e de Laguna, o movimento é ampliado por pessoas de diversas origens, nativos e forasteiros, grandes e pequenos, produtores de cana, pecuaristas, pessoas da cidade, que querem tentar a sorte. Depois de trazer alguns ganhos fabulosos, a sorte, ao final, acabou por ser catastrófica, e na mente de todos fica gravada a idéia de que a região está **naturalmente** predestinada ao azar, às disputas que se enfrentam ou provocam, em contraste com a permanência da cana, **muito nobre** no qual se confia mas se descuida. Reitera-se a oposição entre o risco que se corre a título individual e que traz fortuna ou ruína, e a atividade da cana mais cobiçada, rotineira e coletiva que favorece certa indiferenciação.

Os anos 70 e 80, tempos da reorganização sob tutela estatal, encontram um de seus protótipos em El Mante onde se constrói um novo distrito de irrigação e se dotam ainda 43.000 hectares (1976-82) entre irrigação e temporal, para produção de soja, sorgo, açafrão. Os escritórios estatais financeiras, técnicas, administrativas, que servem à região se estabelecem em Cd Mante. A zona se beneficia ademais com um programa piloto de desenvolvimento rural integrado. Implantou-se todo tipo de experiências na organização de setores e de *ejidos*, marcadas por processos de diferenciação mais ou menos agudos. Através de um manejo mais eficiente do crédito, grupos de *ejidatários* ou indivíduos vão se destacando. Tornam-se capazes de assumir os custos do maquinário agrícola e se apropriam, ao tempo em que compram ou arrendam (“emprestam”) terras de seus vizinhos. Os que se desligam assim das suas terras guardam frequentemente dois hectares para semear seu milho e trabalham à diária na cana ou nas companhias produtoras de hortaliças irrigadas (em Mante, González ou Altamira) ou, ainda, saem para os distritos irrigados da fronteira.

A União de Ejidos que se criou na zona transitória consegue aproveitar esses fenômenos de diferenciação e logo se dispõe a desempenhar um papel de liderança dentro da dinâmica regional. Os produtores privados, talvez escaldados pelo trauma algodoeiro, são aqueles que percebem suas vantagens na organização coletiva e integram, junto com os *ejidatarios*, em paridade, uma União de comercialização de grãos que vende diretamente aos industriais do azeite e de alimentos balanceados uma parte significativa da produção regional.

Sem ter chegado aos avanços organizativos dos agricultores do noroeste do país, os de Mante representam um exemplo interessante, em consonância com o projeto nacional de tecnificação (relativa) e de organização, da formação de uma espécie de classe média rural cuja camada superior se encontra entre os médios proprietários que necessitam da associação; e a camada inferior ascendente, entre os *ejidatarios* que foram capazes de construir esta associação e ocasionalmente de liderá-la. Para uns e outros, é importante dizer que se conhecem bem e que são parecidos; tendem a passar por cima da diferença de suas formas de apropriação, enquanto em relação aos mais pobres, acentuam em seguida na conversação, que se trata de *ejidatarios*. Com o objetivo de ampliar sua base social essa nova categoria social afirma facilmente sua dimensão regional.

Certos aspectos do mesmo modelo se aplicam em toda zona sul de Tamaulipas. até o município de Altamira porém são atenuados pela estrutura social, mais contrastadas, sobretudo nas terras limítrofes do município de González: ali grandes agricultores (grãos), grandes pecuaristas, companhias produtoras fortes e exportadoras de hortaliças comandam um grupo compacto porém dividido e mal organizado de *ejidatarios*.

Os agricultores de Altamira são a inveja dos de Mante pois dispõem de água individual, plantam cebola, têm melhores rendimentos de soja e de algodão. A eles se atribui muito conhecimento, técnica, relações comerciais e apoio político. Estão organizados de forma mais frouxa e diversa: ao lado das associações de lei, existe empresas em sociedade, algumas sobre uma base familiar. Têm, de sua atividade como agricultores, uma concepção

muito profissional, conduzem pessoalmente a direção de seus ranchos, mas vivem em Tampico, onde se desenvolve sua vida familiar e social.

Os *ejidatários* também têm sua União de Ejidos, na qual participam *ejidos* de Aldama e alguns de González, porém não existe nenhum acordo entre eles e os proprietários privados. Os dois setores não entram em conflito mas dão-se as costas. Suas condições e objetivos são bem divergentes.

Ademais, sobre o flanco sudeste do município, as cidades de Tampico e Madero exercem pressão e, de 1980 a 1989, despejam grandes contingentes de colonos urbanos que invadem terras *ejidales* (sob a proteção do líder sindical petroleiro, La Quina). Os interesses econômicos e políticos da pequena burguesia urbana de Altamira se voltam decididamente para esse lado.

A história de Santa Engracia é outra. Entre 1970 e 90, volta-se para a monocultura de laranja, os *ejidatários* seguidos dos proprietários e estes encorajados pelas geadas sucessivas de 1983 e 1989, que os livrou momentaneamente da competição com Montemorelos. A ação estatal não intervem diretamente nos laranjais. Limita-se a proporcionar apoio financeiro e técnico com uma única exigência formal de constituir uniões solidárias vez que se considera que a produção citrícola é em si mesma, uma garantia.

Os proprietários mais fortes, em consórcio familiar, lançam-se à grande empresa de produção de suco concentrado congelado, depois de ter implantado uma carreira e empacotadoras. Forma-se um outro grupo empresarial local que também implanta sua fábrica de suco e, finalmente, um terceiro grupo constitui-se entre proprietários e *ejidatários*, com ambição industrial. Um banco os apoia em 1983 para a construção de uma fábrica de suco.

O nascimento de uma agro-indústria local não se consegue sem dificuldades. Uma vez alcançado o montante de inversão necessária e concluídos os primeiros contratos comerciais, os grupos locais devem enfrentar contradições entre seus interesses e seus hábitos como produtores agrícolas e os requerimentos necessários à fábrica em termos de preços, tempo de entrega, disponibilidade de capital, de trabalho. Os bancos impõem condições creditícias e normas rígidas financeiras, difíceis de acatar. Em uma conjuntura de escassez da fruta, devido às geadas, asso-

ciadas à baixa do preço internacional do suco concentrado, o grupo misto não resiste a pressão e declara-se falido, enquanto os grupos mais empresariais respondem, ampliando seu capital.

A coexistência de grandes, médios e pequenos citricultores é então significativa, produz efeitos sobre os comportamentos e sobre a estrutura produtiva local. Porém um dos componentes principais dessa relação é a distância que se mantém e se recria entre os tradicionais proprietários – os **herdeiros** – empresários e líderes econômicos da zona por direito próprio e os demais atores que buscam seu lugar na dinâmica local e só querem ou podem encontrá-lo no rumo marcado por estes. Convém aos principais citricultores que toda comarca se destine a este único produto e que se converta em um polo subordinado à cadeia produtiva e comercial na fachada oriental do país atuando decididamente nesse sentido, mas, por sua vez, ressaltam que estão produzindo uma **laranja de qualidade** que não deve-se massificar nem "banalizar". A contradição só pode ser superada numa constante busca de melhoria técnica e comercial.

É outra a pressão que se exerce sobre os produtores de laranja de Alamo. Aqui, são os *ejidatários* os que empreendem este cultivo nos anos 70 e vão ampliando-o para responder à demanda de fruta fresca do grande mercado capitalista. A laranja de Alamo, cheia de água e de aspecto medíocre, produz um excelente suco fresco, de consumo popular. Ademais, os cítricos simbolizam a luta dos *ejidatários* contra os pecuaristas latifundiários. Representam a seus olhos uma forma mais intensiva, e finalmente mais legítima, de uso da terra. Ao longo de todos os anos 80 e excepcionalmente até 1992 (Movimento dos Quatrocentos "Pueblos"), muitos demandantes não hesitam em plantar arbustos nos terrenos que ocupam, às vezes sem esperar a resolução presidencial, como afirmação de seu direito ou como meio de negociação para ser indenizado em caso de expulsão.

O uso belicoso que então se deu à laranja contrasta com a proposta técnica, comercial, modernizadora de que se vangloriam agora os membros e dirigentes da Associação local de citricultores, orgulhosos de ser *ejidatários*, que lutam pela melhoria dos rendimentos, combate contra

as pragas (por meios químicos e biológicos e a regulamentação fiscal da atividade. Eles já estão em outra guerra, a da produtividade e do êxito econômico .

Entre os últimos episódios, está a experiência excitante e amarga da industrialização do suco. A primeira fábrica de suco da área foi instalada desde 1985 por um grupo que se diz privado mas que ainda conta, entre seus membros, com *ejidatários*. Um segundo grupo de *ejidatários* exitosos, dirigentes destacados da Associação de citricultores, consegue posteriormente conduzir um projeto industrial coletivo até a instalação e operação de uma planta da fábrica de sucos cujos resultados iniciais são promissores. Mas em circunstâncias semelhantes àquelas que levaram a empresa cooperativa *ejidal* – privada de Santa Engracia à falência, esta fábrica teve que fechar as portas em 1992, na espera de algum ajuste financeiro ou do leilão.

As duas faces da história, a audácia dos *ejidatários* – audácia coletiva, ainda que restrita a um pequeno círculo e respaldada por bancos e instituições oficiais – e logo sua insolvência e abandono dos apoios iniciais são sintomáticos da dinâmica particular deste grupo de *ejidatários* que poderiam estar incluídos entre os que A. SCHETJMAN (1982) caracteriza como produtores **transacionais**. Ainda que a orientação seja similar ao de Santa Engracia sua trajetória é uma busca de mais autonomia e de maior relevância local para ganhar algum controle sobre a realização de sua produção. Finalmente, o recurso associativo produz um efeito de impulso dentro do grupo *ejidal*. Seus dirigentes têm em mãos um instrumento poderoso que os permite desenhar um projeto para seu território, aqui de alcance municipal. Porém não deixam de aproveitar o exercício coletivo para seu benefício pessoal e conjugam o desenvolvimento de sua própria exploração com o melhoramento técnico e organizativo geral.

A situação dos *ejidatários* de Alamo se assemelha em certos momentos aos de Mante mas tanto a configuração local como o clima ideológico diferem. Aqui, de início, o conflito agrário se constitui numa divisão extraordinária da sociedade, da atividade econômica, da paisagem. Ainda que o

enfrentamento entre citricultores *ejidatários* e pecuaristas perca finalmente sua base agrária, os grupos formados com esse espírito, com suas alianças e suas inimizades permanecem em suas lutas para ascender ao poder local e a visão conflitiva que cultivam, partilhadamente alimenta a mobilização de suas tropas. No entanto, as trajetórias individuais começam a cruzar-se. Para os citricultores mais acomodados, agrada-lhes demonstrar seu êxito com a compra de algum rancho de gado e os pecuaristas não se negam a aproveitar as oportunidades econômicas que a produção de laranja oferece. Os comportamentos individuais aportam maior diversidade e matizes ao panorama social do que sugerem as imagens que os mesmos atores gostam de reiterar, mas por sua vez tendem a reafirmar a valoração ideológica que se atribui localmente a cada posição sócio-econômica.

As histórias dessas quatro agriculturas locais mostram como se assumem ou se rejeitam, na prática, os papéis atribuídos pelo projeto nacional a estes agricultores. Os que endossam tal ou qual papel nem sempre são os que estavam predestinados para ela. Uma relação vai se construindo, na proximidade com outros produtores, que a história nacional designa como diferentes e opostos e a ficção delinea perfis, afinando os rumos que tomam uns e outros.

A reiteração de uma imagem contrastante, bipolar, dos atores sociais do agro mexicano é um dos fios do discurso que explica a evolução nacional. A ela se opõe a aspiração secular à formação de uma classe média que se constitua realidade tanto na cidade como no campo, partilhando hábitos e valores.

As representações locais repetem esta ambivalência. As vezes se inclinam mais por uma visão totalizadora que valoriza o contraste entre produtores ou, ao contrário, eliminam a diversidade das atuações. Entre elas, as formas de viver no cotidiano a relação na atividade agrícola e na ruralidade aparecem como uma dimensão decisiva da integração social na qual atuam as imagens recíprocas das pessoas e dos grupos e a edificação do sentimento local.

ENTRE A CIDADE E O RANCHO

Santa Engracia é o paradigma de uma comarca rural: duas fileiras de *ejidos* alinhadas sobre rodovias e caminhos que correm paralelos aos rios, com os três principais povoamentos, de 2.000 a 10.000 habitantes, espalhados em suas fronteiras e a 50 km da capital do estado. Nessa pequena cidade que limita suas atividades à administração e ao comércio, muito pouco **urbana** em ritmo e em estilo, vivem os **herdeiros** e os demais proprietários; ali estudam os jovens, uns fazem as compras semanais e vão ao cinema, como também se instalam as famílias dos *ejidatários* enriquecidos.

Na ruptura diária ou semanal que o vai e vem entre Santa Engracia e Ciudad Vitória introduz, reitera-se a oposição entre cidade e campo. Um campo onde existem serviços individuais como água encanada, eletricidade ou telefone mas desprovido de infra-estrutura de uso coletivo, fora as escolas indispensáveis. Quando alguém pode marcar a distância vai viver na cidade.

Em um entorno igualmente rural, os citricultores *ejidatários* de Alamo levam uma vida oposta. Residem em seus *ejidos* onde constroem belas casas e se equipam com serviços coletivos de uso micro local: tem sua escola, sua capela, suas camionetes ou ônibus, seu serviço de monitoramento da luz elétrica (onde são freqüentes as falhas), uma vida social intensa.

Os pecuaristas, por seu lado, vivem em seus ranchos, unidade familiar à qual que se agregam alguns serventes ou empregados. A pequena cidade de Alamo, com ares de aldeia, é um lugar desassistido, tachado de feio, sujo e violento por seus próprio habitantes. Ali se alojam alguns profissionais e comerciantes, um ou outro agricultor ou pecuarista, os empregados e trabalhadores urbanos, os cortadores de laranja que vêm das zonas circunvizinhas. Estes se apresentam diariamente na praça de El Idolo, uma espécie de subúrbio de Alamo onde se formam os grupos de corte pesando-se e vendendo-se a fruta colhida.

Alamo tem um **clube familiar** com reservatório de água, dois ou três restaurantes tipo classe média com pouca clientela, dois hotéis sem luxo. Os

citricultores prósperos não se preocupam em dar-lhe maiores atrativos. Não buscam exibição, cuidando, ao contrário, de sua imagem de produtores ambiciosos e polarizados pela corrida à modernidade. A aspiração de ingressar na classe média parece poder ser compatível com o enraizamento num espaço rural que continua simbolizando o êxito social.

Entretanto, a presença remota de Tuxpam lembra aos moradores de Álamo que não são auto-suficientes e que devem passar por sua mediação para todos os serviços de maior cobertura. Sua irritação diante de uma situação que julgam injusta, levando em consideração seu impulso econômico e o desejo partilhado de suplantá-lo como centro regional são ingredientes poderosos da identidade local, uma vez que reafirmam que ainda se trata de uma **sociedade incompleta**.

O mesmo, ou muito mais, pode-se dizer de Altamira onde a agricultura vive um processo de involução territorial diante do impulso populacional ou novas atividades. As diferenças que separam os homens do campo vêm expressar-se no distanciamento extremo de suas residências, com os empresários agrícolas radicados em Tampico e os camponeses em seus *ejidos*. Poderia imaginar-se alguma nova convergência entre eles se fosse confirmada a tendência da porção agrícola de Altamira a reorganizar-se em direção ao Centro e ao norte do município, em torno do pólo onde se concentram os fatores de produção (mão de obra, insumos, técnica, organização, comercialização), convertendo-se em um conjunto articulado que seja proveitoso controlar. Neste caso, seria o distanciamento das outras categorias sociais o que daria aos agricultores a possibilidade de atingir uma maior expressão social.

Em contraste com estes exemplos de ruralidade, dois terços do município de El Mante e um terço dos habitantes de sua zona de influência (outros seis municípios) vivem na cidade – uma cidade de 70.000 habitantes, sem muita estética mas com um considerável poder de atração. As bases urbanas da sociedade local apoiaram-se durante decênios na presença massiva da Cooperativa Ingenio Mante, como condição do seu êxito econômico e envolvimento na política local e regional. A CIM deixou de existir legal-

mente em 1990 ao fim de um processo relâmpago de declaração de falência conduzido pelo governo, seu principal credor, e sua venda em leilão.

Porém a urbanidade havia se realizado aqui como sinônimo do predomínio operário ao longo de cinquenta anos. Os valores da cultura operária – perícia técnica, interdependência no trabalho, solidariedade e coesão sindical, importância da educação como condição de ascensão social – aclimataram-se e expandiram-se entre todos os grupos, tanto urbanos como rurais. A propriedade perdeu algo de sua importância simbólica diante da atividade, a terra diante da produção. Uma característica peculiar de El Mante permanece sendo a pouca oposição que existe entre a cidade e o seu campo, ou, melhor dizendo, sua forte interpenetração.

Ciudad Mante tem dois campos. Um, é a **zona da cana**, irrigada desde 1927, cortada por canais e caminhos, plantada com cana desde cedo, mas também de árvores ao longo dos canais: essa zona verde é um alívio na grande planície seca e circunda Cd. Mante. Nos anos 50, os povoados da cana foram equipados com escolas primárias, lojas, e campos de *base-ball* pela Cooperativa. O serviço de ônibus é muito intenso. Com efeito, é uma zona periurbana quanto ao *habitat*, além do que muitos trabalhadores da cana vivem na cidade.

O outro campo é "La Temporalera" que inclui, apesar do que seu nome sugere, até as terras sob irrigação da unidade "Las Animas". Exce-tuando o sopé do monte e sua propriedade parcelada herança da coloni-zação "decimonômica"* (1864), e uma ampla faixa central ocupada por grandes explorações privadas tecnificadas e prósperas, La Temporalera é majoritariamente *ejidal*. O processo de povoamento não foi concluído e construiu-se ainda novos assentamentos nos quais as autoridades do estado se esforçam por impor desde seu início normas de construção (sub) urbanas. Esse tem sido o lugar do grande projeto cerealeiro dos anos 70 e 80 e de seu semi fracasso, o do planejamento oficial e da dife-renciação *ejidal* entre os que tiravam proveito das estruturas organizativas e os que se viam impelidos ao trabalho como diaristas ou para a migra-

* NT. Decimonômica =

ção. No momento a crise atingiu a grande maioria e a migração se constituiu o principal recurso.

Desde a Temporalera, as relações com a cidade não são tão íntimas porém por inúmeras razões (trabalho, trâmites, compras, estudos, negócios, diversão) muitos homens, mulheres e jovens vão e vêm diariamente, ou várias vezes por semana ou ao menos no domingo, que é o dia de maior atividade comercial e social. Termina o dia com um passeio pela praça onde se reúne muita gente de todas as idades, às vezes em família, em grupinhos de dois ou três ou em conjunto, camponeses e cidadãos, quase todas as classes sociais. Não se apresentam nem os mais **burgueses**, nem os muito pobres, mas o leque social é muito aberto.

O passeio na praça no domingo é o espetáculo que a cidade se dá a si mesmo, tal como ela quer se ver: todos misturados – classes, religiões,⁴ profissões, cor da pele – e todos bastante parecidos. Do branco ao preto, mestiços claros (robustos como é comum no norte). Com variações individuais da mesma roupa, impecavelmente passada. As camionetas, último modelo ou velhas de vinte anos, também circulam em volta da praça.

A parte o espetáculo dominical, que busca misturar as pessoas numa só categoria média, e o banco dos aposentados dos engenhos, que demonstra que aqui uns podem envelhecer com comodidade, outros lugares da cidade revelam diferenças. Basta passar pelas ruas comerciais do centro, com suas lojas de sapatos e de roupa, nos arredores do mercado, onde os *ejidatários* vendem verduras diretamente em sua camionete ou entregam a algum armazém. Da **colônia operária**, primeira a ser urbanizada nos anos 50, aos bairros elegantes e ao fracionamento clube campestre (o ápice da urbanidade). Daí às ruas tradicionais com suas casinhas dos anos 30 em fileira que conservam seus tetos de palha ou de zinco, aos bairros populares e às colônias periféricas que invadem os canaviais: vão mudando os níveis de vida, as perspectivas de desenvolvimento ur-

⁴ Aí estão, sobretudo, os Católicos, tão numerosos que não cabem na igreja onde escutam missas antes de dar as suas voltas pela praça. Os números do Censo (1990) parecem aumentar exageradamente seu número (89%) em detrimento dos protestantes cuja presença moral e física (templos) é bem maior do que dizem os números (6%).

bano, as relações com o exterior. Nos últimos anos, houve certa melhoria urbanística nos bairros mais pobres, porém as colônias ricas se adensaram e se homogeneizaram, fazendo enclaves, cada vez mais parecidos aos de qualquer outra cidade.

Os círculos de sociabilidade familiar e privada vão se diferenciando entre rancho e cidade e, verticalmente, entre camadas sociais, ainda que a cidade continue acolhendo os agricultores em seus lugares públicos, em seus cafés, seus restaurantes, seus bancos, nos espaços da Prefeitura municipal. As associações servem ainda de marco para as relações profissionais entre agricultores de distintas categorias mas os acordos diretos bilaterais vão ganhando importância. O enraizamento local e as alianças dentro do setor *ejidal* continuam importantes na competição por ocupar os postos de mando municipal posto que o voto camponês continua majoritário. Apesar de estar agora fraturado por filiações partidárias e pela busca de apoios clientelistas. A competição perdeu seu perfil claramente setorial. Os interesses ligados ao desenvolvimento manufatureiro (ainda que de pequena escala) sentem que chegou o tempo de orientar os rumos da região e de subordinar os projetos agrícolas ao aproveitamento de maior envergadura para os quais busca-se associar capitais externos aos locais. Porém apela-se agora aos interesses do conjunto da população como se ela fosse toda urbana.

Isso sucede quando uma etapa encerrou-se na história de Mante com a falência da cooperativa de açúcar e a venda do engenho (1990-92) ao melhor licitador. Os compradores donos do engenho vizinho, rival de sempre, são ademais descendentes do empresário e político Aarón Sáenz, que capitaneou os fazendeiros expropriados em 1939. A suspeita de revanche real ou imaginária do antigo grupo dominante reforçou uma volta da sociedade local para a percepção mais viva das oposições de classe e dos conflitos políticos partidários, em detrimento de uma convergência dos interesses locais agora menos palpáveis.

TRADIÇÃO LOCAL

A diversidade das relações que os grupos sociais tecem em cada âmbito regional convoca a uma reflexão sobre a maneira como os processos e valores dominantes na sociedade global se interiorizam e são incorporados a uma dinâmica social particular. Frente à ideologia nacional que define um lugar à cada classe, um papel produtivo, uma imagem, as histórias locais e as práticas sociais e culturais atestam fortes matizes na adesão aos modelos gerais. Há que apelar a interação dos grupos locais para entender como cada grupo se vê a si próprio frente aos demais, como amplia ou restringe sua atuação pelos limites colocados por seu vizinho e como define o que considera como seus rumos possíveis num entorno específico.

O enraizamento de cada indivíduo ou grupo e suas circunstâncias particulares constituem elementos fundamentais da construção de seu respectivo espaço de atuação legítima. Um espaço que se conquista na prática, uma legitimidade que se reconstrói através da **tradição** (LENCLUD 1987, RAUTENBERG, 1995): do acervo preservado na memória local, resgatam-se datas, personagens, lugares, modos de relacionamento entre vizinhos, atitudes atribuídas a um grupo ou outro, êxitos e dificuldades, aos quais se requer atribua-se-lhes sentido no presente e **explicar** as formas particulares que a reprodução social assume.

Em um largo período da história nacional em que o acesso à classe média se impôs como modelo ideal, ao parecer alcançável, mobilizaram-se os recursos sociais e culturais locais para progredir nessa direção e adaptar certas linhas do modelo ao que se podia ambicionar localmente.

Em Alamo, escolher o solar *ejidal* em meio ao horto para edificar a casa alta de ladrilho brilhosa e gradil de metal anodizado que torna patente o êxito econômico invoca, por sua vez, às imagens locais do pioneiro, do *self-made man*, da luta agrária e da solidariedade *ejidal*. A casa se assemelha ao máximo ao modelo urbano. No âmbito tenso, conflitivo, porém cheio de aspirações de Alamo, as quatro tradições não impedem de tentar as vias de reconhecimento social.

Inversamente o ideal nacional pode chocar-se tão frontalmente com os valores ambientais que se torna impossível viver uma ascensão social explícita dentro da cultura local. Seria o caso dos *ejidatários* enriquecidos da Santa Engracia que não parecem poder sustentar seu *status* de autonomia da classe média no jogo mútuo do cotidiano, nem com seus vizinhos *ejidatários* nem com os antigos donos de suas terras: viver na cidade torna patente e mais exigente, a ruptura entre uma prática econômica enraizada em certas relações e a sociabilidade desejada.

Um último exemplo ilustrará a plasticidade das tradições. Em El Mante, a via cooperativista conseguiu interligar uma prática trabalhadora muito eficaz⁵ com a independência histórica dos nativos da região. Os antigos pequenos racheiros ou peões transformaram-se em comerciantes, operários, *ejidatários* ou profissionais, reunidos até hoje em uma associação formalmente registrada e ativa. Nessa mescla de valores se fundamenta uma ideologia original onde se busca explicar a ascensão individual dentro da herança coletiva, sem deixar de valorizar o empenho pessoal e a sorte. Na imagem que os mantenses querem dar de si, associam-se **naturalmente** um relativo igualitarismo, a incorporação de indivíduos, idéias e trajetórias diferentes e uma afirmação ruidosa dos interesses locais.⁶

Com a crise econômica e política que atravessa a nação como pano de fundo, as circunstâncias regionais tendem agora a agudizar os conflitos entre grupos sociais e a debilitar os laços estabelecidos sobre a percepção de uma identidade local comum. Em El Mante reivindicam-se as culturas operária e agrária para afirmar posições e interesses específicos dentro das estruturas produtivas e já não se deixam invocar como exemplo de vias consensuais de incorporação ao consumo da classe média. Os grupos sociais se definem mais claramente numa confrontação onde o enraizamento de um é suscetível de levantar-se como argumento contra outro menos estabelecido; o pertencimento territorial, quando não proporciona base de consenso, pode transformar-se em motivo de discriminação.

⁵ Nos anos anteriores à expropriação do engenho (1934, 1936), uma série de greves muito duras haviam mobilizado conjuntamente operários e trabalhadores agrícolas das fazendas.

⁶ Capital do estado, julga-se o povo de Mante “bravo e sem distinção” (Salinas 1986).

OS RUMOS ATUAIS

Uma tradição se reavalia a partir de um presente em mudança. O modelo rural em mobilidade social, que havia encontrado, em graus desiguais, certo apoio nos sentimentos localistas dos quatro lugares analisados enfrenta agora condições críticas ao nível nacional.

A partilha agrária chegou a seu fim oficial e um nova lei agrária substituiu-se, em 1992, à que instituíra a reforma da Constituição Federal. Não podemos ainda dar uma interpretação global das mudanças sociais e ideológicas mais profundas que tardará naturalmente em fazer-se sentir, e não retornei nos anos recentes às regiões resenhadas para observar suas manifestações mais locais mais imediatas. No entanto, pode-se apontar alguns aspectos. Muitos *ejidatários* e, em maior proporção ainda, as organizações camponesas e os analistas manifestaram a seu tempo uma rejeição à decisão unilateral do governo e receio frente à ameaça – que não havia se verificado na data – de uma expropriação massiva do campesinato por compras desenfreadas de terras ou contratos leoninos de arrendamento.⁷

Em troca, a implementação e o avanço, do programa de titulação de direitos agrários. Proceder a conseguir tranquilizar a maioria dos núcleos agrários posto que um pouco mais da metade dos *ejidos* e da superfície *ejidal* do país já obtiveram os títulos definitivos (individuais para as parcelas agrícolas e os terrenos) e que os trabalhos de medição, em seu caso, as negociações entre membros de um mesmo *ejido* ou sobre vizinhanças externas estão em curso em 20% a mais.⁸ Tem-se ampliado a base social da posse *ejidal* ao incluir a mais as mulheres entre as titulares de parcelas agrícolas, e ao outorgar aos vizinhos a propriedade legal dos solares que

⁷ "Los tratos agrarios en ejidos certificados", publicação oficial da Procuraduría agraria, 1998, assinalam, com base numa pesquisa em profundidade numa amostra representativa que uma terça parte das transações mediante alguma forma de pagamento, que atualmente afetam as parcelas agrícolas já haviam pactado antes de 1992, e que desde que ocorreu a titulação dos *ejidos* até hoje, os acordos aumentaram em velocidade menor. O que a publicação não conseguiu formular ainda que seus próprios dados o mostrem é que já haviam aumentado 30 a 60% sobre o nível anterior nos três anos que separam em média a promulgação da lei e a data da titulação.

⁸ GUTIÉRREZ, A.N. Rodríguez, "Procede: conceptos básicos y un perfil sobre sus avances", *Estudios agrários* n. 10, Procuraduría agraria, 1998.

ocupam no *ejido*. Porém encerrou-se definitivamente a via da partilha para os que não conseguiram terra enquanto o processo estava em vigência, e é provável que estes engrossem a massa crescente de desocupados, trabalhadores informais e candidatos a viagem aos Estados Unidos e zonas fronteiriças.

Um argumento que não pareceu convencer muito, a não ser entre as classes altas e médias da cidade, foi que o encerramento da reforma agrária inaugurava uma etapa de modernização econômica e política do mundo agrícola e o fim das práticas corporativistas e corruptas. A abertura comercial decorrente do início do Tratado de Livre Comércio, TLC, em 1994, induz a queda dos preços e a uma competição brutal que a agricultura nacional, e não só a camponesa, não estavam preparada para enfrentar. Há cinco anos antes, a decisão de cortar drasticamente o subsídio do crédito ao agro devido a uma dívida generalizada dos agricultores e às malversações flagrantes do próprio Banrural e da seguradora oficial Anagsa, já haviam deixado a imensa maioria dos produtores de todas as categorias em estado de fraqueza e debilidade.

O tratamento muito diferenciado que se aplicou aos devedores em função de sua capacidade produtiva, renovando o crédito para uns, renegociando a dívida de outros e negando todo apoio produtivo a dois terços, representou a maior virada, de mais impacto sobre a sorte econômica dos camponeses e a configuração das relações clientelistas e políticas no meio rural. Considerou-se a maior parte da população camponesa como meta dos programas de apoio assistencial, buscando estabelecer vínculos diretos entre ela e o poder presidencial e afastando os canais anexos de controle agrário para construir redes novas.

A ruptura sem precedente entre os presidentes Salinas e Zedillo, em meio a uma crise política e financeira salpicada de escândalos e assassinatos, impediu que se generalizem e se consolidem amplamente estas redes sem que os laços tradicionais recuperem sempre os espaços perdidos. Novas forças se inserem nesse jogo, com base em relações partidárias mafiosas ou de solidariedade intragrupo. Dentre estas destacam-se,

no meio rural, organizações de nível local e regional sempre mais numerosas, de perfil campesino com objetivos primordialmente econômicos, ou étnicas, que agregam a estas reivindicações culturais específicas. Entre os agricultores de mais recursos, surgiu a organização nova de El Barzón que une os endividados que se negam a assumir sozinhos o peso da crise creditícia. Alguns analistas saudam essa nova floração organizativa e a capacidade de iniciativa que revela. Uma visão mais pessimista insistiria sobre o ambiente confuso, propício tanto a grandes lucros locais como para a imposição de relações de forças sumamente adversas aos camponeses.

Depois de sete anos de promulgada a lei e implementada a nova institucionalidade, é ainda difícil dizer se a imagem de polaridade social que afeta o campo foi atenuada. Faz tempo que este deixou de estar no primeiro plano da atenção pública, a exceção dos eventos que abalam a opinião pública por algum aspecto particular sobre o qual se põe naturalmente maior ênfase: problemática indígena, violência, droga, catástrofe climática, protesto dos devedores, etc. A questão agrária permitiria de algum modo dar ao campo um visibilidade mais global e apoiando sobre ela a vigência e a força simbólica desta ideologia.

Poderia sugerir-se que o apaziguamento atual das invasões de terras nas periferias urbanas tem entre suas causas – ao lado do menor crescimento populacional, da migração para os Estados Unidos e dos novos canais de negociação abertos no Distrito Federal e outras grandes cidades – um desafeto pela ação agrária coletiva que, obviamente, a nova lei buscou e conseguiu induzir. Este efeito foi conseguido pela força da ideologia (ou seja a forma de representar a razão das coisas) pois nunca se assimilou formalmente o acesso das terras urbanas à problemática agrária, nem no histórico artigo 27 nem na lei atual. Porém se a mudança urbana se relaciona efetivamente com a perda de vigência da reivindicação camponesa na ideologia nacional, isto significaria então que a terra deixou de ser um valor eminentemente rural e não representa mais esta combinação simbólica do trabalhador e do novo cidadão encarnada a partir da revolução. O conceito urbano da terra-localização faz dela um novo meio (*medium*), capaz

de dar ou impedir o acesso, nas atuais condições econômicas e sociais, ao *status* de cidadão inserido nas redes do consumo **normal**.

Se a ideologia nacional deixa de apresentar um conceito global do campesinato, a referência regional deverá seguramente reelaborar-se pelos grupos locais em busca de sentido do conflito social, ao que nada escapa. Considerando os novos rumos do país, será importante observar nos próximos tempos se são os grupos dominantes os que se apoderam da condição de pertencer ao local como instrumento legitimador, ou se esta estimula, de forma duradoura, como ocorre em alguns casos, lutas de reivindicação social.

Tradução* : **Alba Regina Neves Ramos****

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOITES AGUILAR L.

1995 **Norte precario. Poblamiento y colonización en México (1760-1940)**. El Colegio de México, México.

ARIZPE L.

1989 **Cultura y desarrollo. Una etnografía de las creencias de una comunidad mexicana**. UNAM/Colmex/Porrúa, México.

BARRAGÁN LÓPEZ E. (coord.)

1994 **Rancheros y sociedades rancheras**. CEMCA/Colmich/ORSTOM, México.

BEGAG A.

1995 **Espace et exclusion. Mobilités dans les quartiers périphériques d'Avignon**. L'Harmattan, Paris.

BILLAUD J.P.

1991 Les agriculteurs et leurs systèmes de représentation. In: LAMARCHE H. (coord). **L'agriculture familiale. Une réalité polymorphe**. L'Harmattan, Paris.

BOURDIEU P.

1980 **Le sens pratique**. Les éditions de Minuit, Paris.

CARLE L.

1989 **L'identité cachée. Paysans propriétaires dans l'Alta Langa XVIII-XIX siècles**. Editions de l'EHESS, Paris.

* Agradecimentos à Maria Victória Espiñeira Gonzales pela revisão final do texto.

** Pesquisadora do CRH-FFCH/UFBA e professora de Sociologia da UNIFACS.

- CINGOLANI P. (coord)
1994 *Figures de l'étranger. Immigrés, nomades, exilés. Tumultes n°4*, L'Harmattan, Paris.
- DE LA PEÑA G.
1980 **Herederos de promesas. Agricultura, política y ritual en los Altos de Morelos**. Editorial Casa Chata, México.
- DE LA PEÑA G.
1986 Poder local, poder regional: perspectivas socioantropológicas. PADUA J., VANNEPH, A. (comp) **Poder local, poder regional**. Colmex/CEMCA, México.
- FRÉMONT A.
1979 **Région, espace vécu**. Fayard, Paris.
- GERHARD P.
1979 **The North Frontier of New Spain**. Princeton, University Press.
- GOTMAN A.
1990 Le présent de l'héritage. In: JEUDY, H.P. (dir). **Patrimoines en folie**. Editions de la MSH, Paris.
- GUBERT R. (ed)
1992 **L'appartenenza territoriale tra ecologia e cultura**. Reverdito Edizioni, Trento.
- GUERRA HINOJOSA O.
1982 **Reseña histórica de Cd. Mante. Memorias**. Ciudad Mante.
- GUTIÉRREZ, A.N. Rodríguez
1998 *Procede: conceptos básicos y um perfil sobre sus avanços. Estudios agrários n. 10*, Procuraduría agraria.
- HOBSBAWM E.
1996 *Inventing traditions (1983)* Traducción en **Enquête n°2**, Marseille.
- HOFFMANN O.
1992 **Tierras y territorio en Xico, Ver.**, Gobierno del estado de Veracruz, Xalapa.
- KASTORYANO R.
1996 Construction de communautés et négociation des identités : les migrants musulmans en France et en Allemagne. In: MARTIN D-C. (dir). **Cartes d'identité. Comment dire "nous" en politique?** Presses de la FNSP, Paris.
- LEYVA SOLANO X.
1993 **Poder y desarrollo regional. Puruándiro en el contexto norte de Michoacán**. Colmich/CIESAS, Zamora.
- LOMNITZ-ADLER C.
1995 **Las salidas del laberinto**. Joaquín Mortiz, México.
- MARCHAL R.
Les temps de la violence et de l'identité. In: MARTIN D-C. (dir). **Cartes d'identité. Comment dire "nous" en politique?** Presses de la FNSP, Paris.
- MARIÉ M.
1986 *Penser son territoire: pour une épistémologie de l'espace local*. In: AURIAC F., BRUNET, R. (coord). **Espaces, jeux et enjeux**. Fayard, Paris.

- MARTIN D-C.
1996 Identités et politique: récit, mythe et idéologie. In: MARTIN D-C. (dir). **Cartes d'identité. Comment dire "nous" en politique?** Presses de la FNSP, Paris.
- MEADE J.
1977 **La Huasteca tamaulipeca.** Universidad Autónoma de Tamaulipas, Ciudad Victoria.
- MUSSO P.
Médias et formation des identités régionales en Europe. In: SAEZ J.P. (dir). **Identités, cultures et territoires.** Desclée de Brouwer, Paris.
- PEPIN LEHALLEUR M.
1986 Algunos parámetros de la lucha por el poder local en la región del Mante, Tamaulipas. In: PADUA J., VANNEPH, A (comp). **Poder local, poder regional.** Colmex/CEMCA, México.
- PEPIN LEHALLEUR M.
1993 Les choix de financement des familles rurales dans le Tamaulipas. In: CHAMOIX M-N. et al (coord). **Prêter et emprunter. Pratiques de crédit au Mexique.** Editions de la MSH, Paris.
- PEPIN LEHALLEUR M.
1996 Entre ruralidad y urbanidad, la fuerza del lugar. In: CARTON DE GRAMMONT, H. et al. (coord). **La sociedad rural frente al milenio.** Tomo 2, Plaza y Valdés, México.
- PÉRÈS H.
1996 Le village dans la nation française sous la Troisième République: une configuration cumulative de l'identité. In: MARTIN D-C. (dir). **Cartes d'identité. Comment dire "nous" en politique?** Presses de la FNSP, Paris.
- PRIETO A.
1975 **Historia, geografía y estadística del estado de Tamaulipas** (facsimil 1873). Manuel Porrúa, México.
- PROGRAMME OBSERVATION DU CHANGEMENT SOCIAL
1986 **L'esprit des lieux. Localités et changement social en France.** Editions du CNRS, Paris.
- QUERRIEN A.
1992 Un art des centres et des banlieues. La représentation d'espaces pluriethniques. **Hermès** n° 10, CNRS.
- RAMÍREZ CH.
1955 **El Azúcar y la Cooperativa Ingenio Mante.** Ciudad Mante, Tamaulipas.
- RAUTENBERG M.
1995 Sur le sens des patrimoines sociaux et leur place dans la modernité. In: SAEZ J.P. (dir). **Identités, cultures et territoires.** Desclée de Brouwer, Paris.
- ROULLEAU-BERGER L.
1995 Les minorités actives dans l'espace public: quel exercice de la démocratie? In: SAEZ, J.P. (dir). **Identités, cultures et territoires.** Desclée de Brouwer, Paris.
- SALDÍVAR G.
1945 **Historia compendiada de Tamaulipas.** Gobierno de Tamaulipas, Ciudad Victoria.

TASSIN E.

1992 Espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Hermès* n°10, CNRS.

THOMSON E.P.

1995 **Costumbres en común**. Crítica, Barcelona.

VERDUZCO G.

1992 **Una ciudad agrícola: Zamora**. El Colegio de México, El Colegio de Michoacán, México.

WEBBER M.M.

1996 **L'urbain sans lieu ni bornes**. Editions de l'aube, La Tour d'Aigues.